



Rosinei Coutinho/SCO/STF

REPOSICIONANDO ESTRATÉGIAS

A semana foi marcada por três movimentos de forte impacto político e institucional: o avanço do julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro no Supremo Tribunal Federal, a entrada do governador Tarcísio de Freitas no debate nacional ao defender uma proposta de anistia para os envolvidos nos atos de 8 de janeiro e a decisão de União Brasil e Progressistas de se afastarem formalmente da base governista, ainda que mantendo seus ministros no Executivo. Esses episódios, embora distintos, convergem para um cenário de instabilidade administrada, no qual Judiciário, Executivo e partidos testam seus limites, ajustam alianças e reposicionam estratégias com os olhos voltados para 2026.

JULGAMENTO DE BOLSONARO

O Supremo Tribunal Federal iniciou o julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro e de aliados acusados de tentativa de golpe após as eleições de 2022. A denúncia envolve crimes como organização criminosa, incitação ao caos institucional e planejamento de ruptura da ordem democrática. O processo ocorre em meio a forte aparato de segurança e com intensa atenção pública, sendo considerado um marco da responsabilização de autoridades de alto escalão por atos contra a democracia.

As reações políticas foram imediatas. Aliados do ex-presidente classificaram o julgamento como perseguição e compararam o caso a episódios de injustiça histórica. Já setores governistas e entidades da sociedade civil defenderam a necessidade de preservar a autoridade das instituições e a punição exemplar para atos golpistas. No Congresso, prevaleceu a cautela, com lideranças monitorando os efeitos do processo sem se vincular diretamente às disputas judiciais.

Os cenários projetados apontam para efeitos diretos no tabuleiro eleitoral de 2026. Caso Bolsonaro seja condenado, sua inelegibilidade pode abrir espaço para novas lideranças à direita, fortalecendo nomes como o governador Tarcísio de Freitas. Em paralelo, a narrativa da vitimização tende a mobilizar sua base social, o que pode gerar novas tensões políticas e institucionais no curto prazo.



“Punir a tentativa frustrada de ruptura da ordem democrática estabelecida é imperativo na estabilização do próprio regime. Opera como elemento dissuasório contra o ânimo por aventuras golpistas e expõe a tenacidade e determinação da cidadania pela continuidade da vida pública inspirada nos direitos fundamentais”

Paulo Gonet,
Procurador-Geral da República

ARTICULAÇÃO PELA ANISTIA

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, movimentou-se no cenário nacional ao defender a concessão de anistia para envolvidos nos atos de 8 de janeiro. Sua declaração projetou o tema para além do debate jurídico, trazendo-o ao campo político como gesto de aproximação com a base bolsonarista e de consolidação de sua imagem como alternativa viável no espectro da direita. A proposta, contudo, encontra resistência significativa nos meios institucionais.

As reações no Congresso foram de cautela. Parlamentares de partidos do centro e da oposição evitaram assumir a bandeira, temendo desgaste junto ao Supremo Tribunal Federal e a setores da sociedade civil que defendem punição rigorosa aos envolvidos. Na base governista, o discurso foi recebido como tentativa de reabrir feridas ainda sensíveis e como retrocesso para a estabilidade democrática. A falta de apoio imediato sinaliza o isolamento da proposta no curto prazo.

O movimento, ainda que sem viabilidade legislativa no momento, reforça a estratégia de Tarcísio de ocupar espaço como herdeiro político do bolsonarismo. Ao levantar a narrativa da anistia, o governador projeta sua liderança para além de São Paulo, ampliando sua visibilidade nacional e posicionando-se no debate eleitoral de 2026. Mesmo sem efeito prático imediato, a proposta passa a atuar como instrumento de diferenciação política e de fidelização da base conservadora.



“A gente acredita muito nesse projeto como um fator de pacificação. Eu acho que dá para se construir um ambiente para aprovar isso.”

Tarcísio de Freitas
Deputado Federal e vice-líder da oposição

SAÍDA DO UNIÃO E PP DO GOVERNO

O União Brasil e o Progressistas anunciaram o afastamento da condição de base governista, sinalizando que não atuarão mais como sustentação formal do Executivo no Congresso. Apesar do movimento, os dois ministros titulares das respectivas legendas seguem no governo e não apresentaram pedido de desligamento, o que indica que a ruptura pode não ser completa. A decisão dos partidos representa um gesto de independência legislativa, mas preserva a possibilidade de manutenção de espaços no Executivo.

As reações no Congresso refletiram essa ambiguidade. Parlamentares governistas reconheceram a perda de apoio formal, mas destacaram que a permanência de ministros abre margem para recomposição parcial da base. Já na oposição, o anúncio foi celebrado como demonstração de enfraquecimento do Planalto, embora exista cautela quanto à efetividade da ruptura. As lideranças de União e Progressistas sustentaram que a medida reflete insatisfações acumuladas, sem fechar portas para negociações futuras.

Os cenários projetados apontam para maior fragmentação na dinâmica parlamentar, com o Executivo mais dependente de coalizões variáveis para aprovar matérias estratégicas. A manutenção de ministros no governo, no entanto, pode significar que a saída completa não se consolidará, funcionando mais como pressão política do que como rompimento definitivo. Nesse contexto, o desafio do Planalto será calibrar concessões e recompor canais de diálogo para evitar derrotas em votações decisivas.

SÍNTESE DA SEMANA

Os acontecimentos da semana revelaram o entrelaçamento entre dinâmica judicial, disputa eleitoral e rearranjos partidários. O julgamento de Jair Bolsonaro no Supremo Tribunal Federal expôs os limites da institucionalidade diante de tentativas de ruptura democrática, enquanto a articulação do governador Tarcísio de Freitas pela anistia mostrou como o campo político se reorganiza em torno da narrativa bolsonarista. Ao mesmo tempo, a decisão de União Brasil e Progressistas de se afastarem da base governista, sem romper totalmente com o Executivo, evidenciou as fragilidades da coalizão e os altos custos da governabilidade. Em conjunto, esses movimentos reforçam a percepção de que a política brasileira entrou em um ciclo de instabilidade administrada, no qual cada Poder busca afirmar seu protagonismo e as lideranças partidárias calibram estratégias já projetando 2026.